



CENTRO NACIONAL DE

FÉ E POLÍTICA

“DOM HELDER CÂMARA”

Boletim Informativo

Ano I nº1 maio/2006

Editorial

Prezados amigos e amigas, um grande abraço.

Este boletim eletrônico tem como objetivo alimentar nossos laços de fraternidade.

Para sair periodicamente, precisamos receber notícias de vocês e do seu trabalho.

O CEFEP dá passos promissores. Nossa missão é importante: fomentar em nosso País um pensamento social cristão à luz do Ensino Social da Igreja.

O curso de um ano está iniciando o terceiro bloco de educação a distância. Geraldo Aguiar e eu devemos logo mais encontrar todos os participantes nas respectivas regiões. O Seminário das Escolas locais com a rede de assessores realizou-se em abril. Aguardamos um número maior de participantes no próximo seminário. A reflexão foi muito rica. Em breve, estará com vocês o relatório.

Com amizade, padre Ernanne Pinheiro

Artigo do mês

ÉTICA E POLÍTICA

*Manfredo Araújo **

A questão das relações entre ética e política se transformou na questão número um do debate nacional a partir das denúncias de corrupção no ano passado. Este debate tem certamente méritos e é de fundamental importância para a vida nacional, mas é marcado por uma visão muito unilateral do fenômeno político. Ele dá a entender que tudo seria maravilhoso se nossos governantes possuíssem um conjunto de virtudes que atestassem seu bom caráter

do qual dependeriam a paz e a ordem social. Perde-se assim uma das intuições fundamentais do pensamento político ocidental desde seus primórdios: o que é decisivo para a ética na política não são simplesmente as virtudes privadas dos governantes, mas o ordenamento institucional, porque é dele que depende se os cidadãos têm acesso ou não a seus direitos universais. Por esta razão, a questão da corrupção não pode ser reduzida a um problema específico da esfera individual. Desde os gregos, que inauguraram o pensamento político ocidental, falar de ética na política não significava apenas uma

consideração crítica frente às ações privadas dos cidadãos, mas sobretudo da configuração das relações sociais segundo princípios de justiça. A partir desta ótica falar de ética na política significa hoje para nós compreender que é tarefa do Estado garantir a participação popular na gestão da coisa pública através da criação de mecanismos permanentes de participação direta da população e da constituição de comitês populares para acompanhar e fiscalizar as atividades e as obras do Estado. Só assim será possível assegurar e ampliar os direitos sociais e enfrentar a questão básica que nos marca secularmente, a questão da desigualdade e da exclusão social. Isso implicaria uma reversão das prioridades no que diz respeito às políticas públicas, passando para o primeiro plano as que visam assegurar oportunidades de emprego e salário justo e os meios necessários para uma vida digna entre as quais em nossa situação específica se vão situar o acesso à terra e ao solo urbano como também moradia e saneamento para todos. Nesta perspectiva se revela como intrinsecamente corrupta uma política macroeconômica que transfere para os banqueiros a riqueza produzida por toda a nação e que impede a universalização do acesso a estes meios.

Claro que neste contexto é muito importante ter presente de que a corrupção individual e social não começou no atual governo, mas lamentavelmente se transformou num elemento estrutural do exercício do poder e da cultura política que nos marca. Por isto, não espanta e nem causa indignação a muitos o fato de que nossos partidos políticos não tenham defendido no parlamento de modo consistente as reformas e as políticas públicas que tornariam o país menos vulnerável seja à corrupção individual seja à continuidade de uma configuração iníqua da vida coletiva, porque marcada por um conjunto de instituições que sustentam as

diferentes formas de exploração e de degradação da vida humana. Para além das virtudes pessoais dos governantes, o que realmente pode garantir a ética na política é a existência de instituições sólidas e de mecanismos de administração transparente, que sejam capazes de garantir os direitos universais do cidadão assim também como a existência de meios de comunicação livres, independentes, e de organismos de controle social que acompanhem o exercício do governo. O grande desafio do momento é que, sejamos capazes de ir além de uma crítica moralizante à corrupção pessoal, que facilmente é acompanhada de enorme hipocrisia, e nos empenhemos com seriedade numa crítica cívica às instituições e às políticas públicas.

***Filósofo, professor da
Universidade Federal do Ceará/UFC**

Notícias Nacionais

146 MILHÕES DE CRIANÇAS PODEM MORRER POR DESNUTRIÇÃO (DIZ UNICEF)

Anualmente 5,6 milhões de crianças morrem por problemas como a desnutrição e outras 146 milhões estão sujeitas a mortes prematuras por terem peso inferior ao normal. Esta é uma das conclusões do estudo “Progresso para a infância”, apresentado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A desnutrição infantil crônica na América Latina e no Caribe afeta 8,8 milhões de crianças menores de cinco anos, 16% da população desta idade. No relatório, o Brasil aparece como um dos países que deve reduzir o problema da desnutrição em 50% até 2015. Recentemente, o governo federal divulgou um balanço da desnutrição só no semi-árido brasileiro. Neste levantamento, 6,6% das crianças estão com baixa altura para a idade, caracterizando desnutrição crônica. O documento da Unicef denuncia ainda a falta de preocupação dos governos, apontando que o problema de desnutrição poderia ser amenizado com ações básicas como uma conscientização sobre a importância da amamentação nos primeiros seis meses de vida e outras mais complexas como a distribuição de cápsulas de vitaminas. Segundo a Unicef, estas cápsulas salvam, aproximadamente, 350 mil vidas no mundo por ano.

*De Brasília, da Agência
Notícias do Planalto, Gisele Barbieri 03/05/06*

Notícias do CEFEP

SEMINÁRIO DAS ESCOLAS LOCAIS DE FÉ E POLÍTICA

De 21 a 23 de abril, realizou-se na casa de Retiros Assunção, em Brasília, o Seminário do Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" (CEFEP).



Participantes do Seminário

Estiveram presentes membros dos dois eixos do CEFEP: da Rede de assessores com atuação em quatro áreas (política, teologia pastoral, filosofia-ética e educação) e representações das Escolas locais de Fé e Política de várias regiões do País. Participou também do seminário Dom José Mauro Pereira, em nome da Comissão Episcopal para o Laicato da CNBB.



Representantes das Escolas Locais de Fé e Política

Buscando concretizar o objetivo do CEFEP que é "fomentar em nosso País um pensamento social cristão à luz do Ensino Social da Igreja e dos valores evangélicos, por meio da formação de lideranças inseridas na política", o seminário teve como finalidade solidificar os laços das Escolas entre si e com os assessores que prestam serviços aos cursos locais e ao curso nacional, aprofundando alguns temas fundamentais.



Rede de Assessores

O conteúdo do Seminário:

- Estudo de um texto enviado com antecedência aos participantes sobre a "Democracia e construção de alternativas".
- Uma reflexão sobre a relação Fé-Política, Igreja-Política com valiosas contribuições tanto das escolas locais como dos assessores.
- Outro tema de estudo: "As forças Políticas e os projetos dos partidos que estarão em disputa nas eleições em 2006" numa busca de critérios para orientação diante das eleições deste ano, à luz do documento de Orientações da CNBB já em circulação. Ao lado destes temas, tratou-se do andamento do curso de um ano - janeiro/06 a janeiro/07; aspectos práticos do Centro; planejamento; com momentos de oração.

CEFEP, 26/04/06

ENCONTRO REGIONAL COM OS PARTICIPANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA CRISTÃOS

Inicia-se no mês de junho uma série de encontros regionais com os participantes da primeira turma do Curso de Formação Política oferecido pelo CEFEP. Haverá um total de cinco encontros, com o objetivo principal de avaliar o andamento do curso (pontos positivos, dificuldades, etc).

Os encontros:

- **02, 03 e 04 de junho** em Belo Horizonte: Minas Gerais e Espírito Santo
- **22 e 23 de junho** em Belém: Pará
- **14, 15 e 16 de julho** em Garanhuns-PE: Regional Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte)
- **22 e 23 de julho** em Brasília: DF, Goiás e Rondônia
- **05 e 06 de agosto** em São Paulo: Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os 54 participantes do curso, oriundos de 13 Estados e 27 Dioceses do Brasil, terminam, neste mês de maio, a segunda disciplina da educação a distância.

As seis disciplinas previstas no curso:

- A Constituição de 1988 e os Direitos Humanos;
- História das Instituições Políticas no Brasil;
- História da Formação Social, Econômica, Política e Cultural do Brasil;
- Temas do Ensino Social da Igreja.
- Questões de Bioética: implicações éticas, teológicas e políticas;
- Ética, Fé/Espiritualidade e Política.

Notícias das Escolas Locais de Fé e Política

ENCONTRO COM PREFEITOS, VEREADORES E DEMAIS AUTORIDADES

A Escola de Fé e Política da Diocese de Umuarama / PR, realizou no dia 31 de março de 2006, uma reunião com prefeitos, vereadores e demais autoridades, com a presença do senador Flávio Arns. Em sintonia com a Campanha da Fraternidade, Flávio Arns explicou sobre “Os direitos das pessoas com deficiência e as obrigações do poder público municipal”.

Um segundo encontro com prefeitos e vereadores está marcado para o 2º semestre de 2006.

CEFEP, 18/05/06

2º ENCONTRO DIOCESANO DE FÉ POLÍTICA

A Escola Diocesana de Fé e Política de Guarapuava/PR, realizará no dia 03 de junho de 2006, o 2º Encontro Diocesano de Fé e Política, na Casa de Líderes Nossa Senhora de Guadalupe. Espera-se a participação de lideranças das paróquias de todos os decanatos da diocese; por isso a equipe solicita aos párocos que ajudem na divulgação do evento junto as comunidades.

As inscrições podem ser feitas antecipadamente junto ao Centro de Cursos e Formação da Diocese, pelo telefone (42) 3622-4035 ou pelo e-mail: juliopereira@diopuava.org.br

A assessoria estará a cargo de Carlos Francisco Signorelli, professor aposentado de matemática com especialização em Filosofia (Ética), atual presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB que falará sobre "Crise Civilizatória" e outros temas relacionados à Fé-Política, inclusive sobre a Cartilha da CNBB com as orientações para as Eleições 2006. Signorelli é vereador (PT) em Campinas, onde ocupa a vice-presidência da Câmara Municipal.

CEFEP, 19/05/06

AGENTES DE CIDADANIA

A Universidade Católica de Brasília, em parceria com a **ONG Vida e Juventude**, está lançando o curso de extensão: “Agentes de Cidadania” que tem como propósito oferecer um serviço de mediação de conflitos e orientação de como acessar direitos para promover o exercício da cidadania, melhorando a qualidade de vida das pessoas nas comunidades em que vivem. O intuito é colaborar para resolução não violenta de conflitos, propondo uma cultura de paz por meio da capacitação de agentes de cidadania.

A primeira turma será em maio e uma nova turma em junho. A inscrição é gratuita. Há um pré-requisito a ser cumprido: ter participado do curso de formação de líderes para o exercício da cidadania.

Para maiores informações entrar em contato com a ONG pelo telefone (61) 3224 4717.

CONTATO COM O SITE DO CEFEP:

Aí você encontrará as “ORIENTAÇÕES DA CNBB” para as Eleições 2006, a Análise de Conjuntura na Assembléia de Itaipava, a Declaração da CNBB para o momento eleitoral e outros documentos importantes.

Expediente

*Centro Nacional de Fé e Política
“Dom Helder Câmara”*

*Secretaria: Av. W5 Norte SGAN
Quadra 905 Lote C*

Cep: 70790-050 Brasília-DF

Fone/fax: (61) 3349 4623

Site: www.cefep.org.br

e-mail: cefep@cefep.org.br

Elaboração: Sidney Sabino

Revisão: Pe. José Ernanne Pinheiro